Lição 3

> *Se, porém, alguém é por natureza de tal condição ou não, e se para alguém é mais digno e mais justo servir do que não servir, ou se toda servidão é contra a natureza, deve-se considerar depois disto.*
>
> *Ora, não é difícil contemplá-lo pela razão e aprendê-lo a partir daquilo que acontece.*
>
> *Pois governar e ser sujeitado não só é necessário, mas também conveniente, e logo desde o nascimento algumas coisas estão segregadas, umas para serem sujeitadas, outras para governar; e há muitas espécies tanto de sujeitados quanto de governantes; e sempre é melhor o governo que é de melhores sujeitados, por exemplo do homem do que da besta. Pois o que é efetuado por melhores é obra melhor. Ora, onde uma coisa governa e outra é sujeitada, há alguma obra deles.*
>
> *Pois em tudo o que está constituído de muitos, e vem a ser algo uno comum, seja de coisas conjuntas seja de coisas divididas, em todos parece haver um governante e um sujeitado.*
>
> *E isto, por toda a natureza, está ínsito nos seres animados, pois também nos que não participam da vida há um certo governo, por exemplo o da harmonia. Mas isto talvez seja mais extrínseco à nossa especulação.*
>
> *Ora, o animal consta primeiro de alma e de corpo, dos quais a alma é por natureza governante, e o corpo, sujeitado. Ora, é preciso atender mais àquilo que é segundo a natureza a partir das coisas que se comportam segundo a natureza, e não nas corrompidas; por isso também se deve considerar o homem otimamente disposto tanto segundo o corpo quanto segundo a alma, no qual isto é evidente; pois nos doentios e nos que se comportam mal muitas vezes parecerá que o corpo governa a alma, por comportarem-se mal e contra a natureza. E é, com efeito, como dizemos, que no animal se contempla primeiro tanto o governo despótico quanto o político; pois a alma domina o corpo com governo despótico, ao passo que o intelecto domina o apetite com governo político e régio. Nestas coisas está manifesto que, segundo a natureza, é conveniente tanto que o corpo seja regido pela alma quanto que a parte passível o seja pelo intelecto e pela parte que tem razão. Ao contrário, ou de modo igual, seria nocivo a todos.*

> *De novo, no homem e nos outros animais, do mesmo modo. Pois os animais mansos são mais dignos que os silvestres segundo a natureza, e para todos estes é melhor ser regidos pelo homem: pois assim obtêm a sua conservação.*
>
> *Ainda, o masculino em relação ao feminino: por natureza, um é melhor e o outro pior, e um é governante e o outro governado.*
>
> *E do mesmo modo é necessário que seja também entre os homens.*
>
> *Portanto, quaisquer que distam tanto quanto a alma do corpo e o homem da besta dispõem-se deste modo: aqueles cuja obra é o uso do corpo, e isto é o melhor que deles pode vir. Estes, com efeito, são por natureza escravos, para os quais é melhor ser regidos por este governo, se é que se deve dar crédito ao que foi dito; pois é por natureza escravo aquele que pode ser de outro, e por isso também é de outro.*
>
> *E participa da razão apenas na medida em que a recebe pelo sentido, mas não a possui. Pois os outros animais servem não por percepção racional, mas pelas paixões, e a utilidade varia pouco: pois para as coisas necessárias ao corpo o auxílio provém de ambos, tanto dos escravos quanto dos animais domésticos.*
>
> *A natureza quer, pois, também fazer diferentes os corpos dos livres e dos escravos, uns fortes para o uso necessário, os outros retos e inúteis para tais operações, mas úteis para a vida civil. Estes, porém, também se tornam divididos conforme a utilidade bélica e a pacífica. Ora, acontece muitas vezes também o contrário, a saber, que uns têm os corpos dos livres, e outros as almas.*
>
> *Pois também isto é manifesto: que, se alguns se tornam diferentes dos outros apenas quanto ao corpo, tanto quanto as imagens dos deuses, todos dirão certamente que os que são inferiores são dignos de servir a estes.*
>
> *Ora, se isto é verdade no corpo, com muito mais justiça deve ser definido quanto à alma. Mas não é igualmente fácil ver a beleza da alma e a do corpo. É, portanto, manifesto que existem por natureza alguns que são livres e alguns que são servos, para os quais servir é vantajoso e justo.*

Utrum autem est (aliquis) natura talis etc. Depois que o filósofo mostrou a noção e a virtude do servo, procede aqui a investigar as opiniões anteriormente propostas.

E primeiro indaga se a servidão é natural;

em segundo lugar, se o poder de mando dominativo é o mesmo que o político, ali onde diz ***manifestum autem et ex hiis*** etc.

Acerca do primeiro ponto, faz três coisas:

primeiro, levanta uma dúvida;

em segundo lugar, resolve-a aprovando uma das partes, ali onde diz ***non difficile autem*** etc.;

em terceiro lugar, mostra de que modo também a outra parte da dúvida possui, de algum modo, verdade, ali onde diz ***quod autem et qui contraria dicunt*** etc.

Diz, portanto, primeiro que, depois do que foi dito, é preciso considerar se alguém é servo por natureza ou não; e ainda se para alguém é mais digno e justo que sirva do que não sirva, ou não, mas toda servidão é contra a natureza: o que responde às duas questões propostas. Pois, se toda servidão é contra a natureza, então ninguém é servo por natureza; e ainda não será justo nem digno que alguém sirva: pois aquilo que é contra a natureza não é digno nem justo.

Em seguida, quando diz ***non difficile autem*** etc., resolve a questão proposta, mostrando duas coisas: a saber, que algum homem é servo por natureza, e que para alguém é digno e conveniente servir. E acerca disto faz duas coisas:

primeiro, propõe o modo pelo qual estas coisas devem ser mostradas, dizendo que não é difícil que alguém contemple a verdade e a razão das questões mencionadas, e que também aprenda a verdade a partir daquilo que acontece nas coisas.

Em segundo lugar, ali onde diz ***principari enim et subici*** etc., mostra o que se propôs segundo os dois modos anteriormente mencionados,

e primeiro a partir daquilo que acontece;

em segundo lugar, a partir da razão, ali onde diz ***quaecumque enim ex pluribus constituta sunt*** etc.

Acerca do primeiro, propõe quatro coisas.

A primeira delas é que mandar e ser subordinado não pertencem apenas ao número daquelas coisas que provêm da necessidade ou da violência, mas também ao número daquelas que são convenientes para a salvação dos homens. E isto pertence à segunda questão: pois aquilo que é conveniente para alguém parece ser digno e justo para ele.

A segunda é que nos homens vemos, desde o próprio nascimento, que há certa distinção, de modo que alguns são aptos para serem subordinados, e outros, porém, para mandar. E isto pertence à primeira questão: pois aquilo que, desde o nascimento, imediatamente está presente em alguém parece ser natural.

A terceira é que há muitas espécies dos que são subordinados e dos que mandam; pois de um modo o homem manda na mulher, de outro o senhor no servo, de outro o rei no reino. E isto também pertence à mesma questão: pois aquelas coisas que estão naturalmente presentes nas coisas diversificam-se segundo a diversidade delas.

E a quarta é que sempre é melhor o poder de mando que é sobre subordinados melhores, assim como é melhor o poder de mando pelo qual alguém manda no homem do que aquele pelo qual alguém manda na besta; e prova isto com tal razão. Todo poder de mando e subordinação ordena-se a alguma obra, pois obedece aquele que é subordinado ao que manda em alguma obra; mas a obra que é feita pelos melhores é melhor: logo, também o poder de mando é melhor. E esta quarta coisa também pertence à primeira questão; pois aquelas coisas que estão naturalmente presentes são tanto melhores quanto são de seres melhores.

Em seguida, quando diz *quaecumque enim ex pluribus* etc., mostra o que se propôs a partir da razão.

E apresenta uma razão para mostrar que alguns são servos por natureza, aos quais é conveniente servir;

em segundo lugar, mostra quais são estes, ali onde diz ***quicumque quidem igitur*** etc.

Acerca do primeiro, apresenta tal razão. Todas as coisas que são constituídas de muitas partes têm nelas algo que manda e algo que é subordinado por natureza, e isto é conveniente; mas a multidão dos homens é constituída de muitos: logo, é natural e conveniente que um mande e outro seja subordinado. Ora, a premissa menor desta razão é manifesta a partir do que foi anteriormente dito, no que se mostrou que o homem é naturalmente um animal político, e assim é natural que de muitos homens se constitua uma multidão;

por isso, deixando de lado essa premissa, prova a maior. E assim, nesta razão, faz três coisas:

primeiro, propõe a premissa maior;

em segundo lugar, prova-a, ali onde diz ***et hoc ex omni natura*** etc.;

em terceiro lugar, infere a conclusão, ali onde diz ***eodem autem modo*** etc.

Diz, portanto, primeiro que todas as coisas que são constituídas de muitas partes, de modo que delas se faça algo comum uno, quer essas muitas partes estejam unidas, como os membros do corpo se unem para a constituição do todo, quer estejam separadas, como de muitos soldados se constitui um só exército, em todas elas encontra-se algo que manda e algo que é subordinado; e isto é natural e conveniente, como ficará patente por cada um dos exemplos.

Em seguida, quando diz ***et hoc ex omni natura*** etc., prova o que se propôs de quatro modos:

primeiro, de fato, nas coisas inanimadas;

em segundo lugar, nas partes do homem, ali onde diz ***animal autem primum constat*** etc.;

em terceiro lugar, no gênero dos animais, ali onde diz ***iterum in homine*** etc.;

em quarto lugar, na diferença dos sexos, ali onde diz ***adhuc autem masculinum*** etc.

Diz, portanto, primeiro que a verdade da proposição mencionada se encontra nas coisas animadas não como se lhes fosse própria, mas por aquilo que é comum a toda a natureza: porque também naquelas coisas que não participam da vida há algum poder de mando, por exemplo, o da harmonia. O que pode ser entendido de dois modos: de um modo, quanto à harmonia dos sons, porque sempre nas vozes que consoam alguma voz predomina, segundo a qual toda a harmonia é discernida; pode também ser entendido quanto à harmonia dos elementos num corpo misto, no qual sempre um dos elementos é predominante. Mas passa por cima de tais coisas, porque são extrínsecas a esta consideração.

Em seguida, quando diz ***animal autem primum*** etc., mostra o que se propôs nas partes do homem. E diz que a primeira composição do animal é da alma e do corpo, composição que se diz primeira não segundo a ordem da geração, mas segundo a principalidade, porque é constituída das partes mais principais; ora, dessas partes uma é naturalmente a que manda, a saber, a alma, e a outra a subordinada, a saber, o corpo. Poderia, porém, alguém dizer que isto não é natural, visto que não se encontra em todos. E por isso, para excluir tal objeção, acrescenta que, para julgar o que é natural, é preciso considerar aquelas coisas que se comportam segundo a natureza, e não aquelas que estão corrompidas, porque tais coisas ficam aquém da natureza. E por isso, para julgar qual parte no homem naturalmente manda, é preciso considerar algum homem que esteja bem disposto tanto quanto à alma como quanto ao corpo: no qual é manifesto que a alma domina o corpo. Mas nos homens doentios e que se comportam mal, muitas vezes o corpo manda na alma, porque preferem o proveito do corpo ao proveito da alma; e isto porque estão mal dispostos e contra a natureza.

Mostra, em seguida, que o poder de mando que há nas partes do animal tem certa semelhança com o poder de mando exterior. Pois podemos considerar no animal que é o homem um duplo poder de mando sobre as suas partes, a saber, o despótico, pelo qual o senhor manda nos servos, e o político, pelo qual o dirigente da cidade manda nos livres. Encontra-se, com efeito, entre as partes do homem, que a alma domina o corpo, mas isto se dá com poder de mando despótico, no qual o servo em nada pode resistir ao senhor, porquanto o servo, aquilo que é, absolutamente é do senhor, como acima foi dito: e isto vemos nos membros do corpo, a saber, nas mãos e nos pés, que imediatamente, sem contradição, se aplicam à obra ao comando da alma. Encontramos também que o intelecto ou a razão domina o apetite, mas com poder de mando político e régio, que é sobre os livres, por isso podem em algumas coisas contradizer: e igualmente o apetite às vezes não segue a razão. E a razão desta diversidade é que o corpo não pode ser movido senão pela alma, e por isso está totalmente subordinado a ela; mas o apetite pode ser movido não só pela razão, mas também pelo sentido, e por isso não está totalmente subordinado à razão. Ora, em ambos os regimes é manifesto que a subordinação é segundo a natureza e conveniente. Pois é natural e conveniente ao corpo que seja regido pela alma; e igualmente é natural e conveniente à parte passível, isto é, ao apetite que está sujeito às paixões, que seja regido pelo intelecto ou pela razão. E em ambos os casos seria nocivo se aquilo que deve ser subordinado se comportasse de igual para igual, ou ao contrário, em relação àquilo que deve mandar; pois o corpo se corromperia se não fosse subordinado à alma, e o apetite seria desordenado se não fosse subordinado à razão.

Em seguida, quando diz ***iterum in homine*** etc., prova o mesmo no gênero dos animais, dizendo que igualmente se comporta no homem e nos outros animais o fato de ser natural e conveniente que o homem domine os outros; pois vemos que os animais mansos, sobre os quais o homem

domina, são mais dignos segundo a natureza do que os selvagens, na medida em que participam de algum modo do regime da razão. Mas também para todos os animais (é melhor) que sejam regidos pelo homem, porque assim, em muitos casos, obtêm a saúde corporal que por si mesmos não poderiam alcançar: como fica patente quando lhes são fornecidos pelos homens pastos abundantes e remédios de saúde.

Em seguida, quando diz ***adhuc autem masculinum*** etc., prova o mesmo na diferença dos sexos. E diz que do mesmo modo também se comporta o masculino em relação ao feminino, que naturalmente o masculino é melhor e o feminino inferior; e o macho manda, a fêmea, porém, é subordinada. Deve-se, porém, notar que os dois primeiros exemplos são acerca do todo integral, os outros dois acerca do todo universal, que é o gênero ou a espécie; e assim fica patente que a proposição mencionada tem lugar em ambos.

Em seguida, quando diz ***eodem autem modo*** etc., conclui o que se propôs, a saber, que do mesmo modo se comporta nos homens como no que foi mencionado; a saber, que é natural e conveniente que alguns mandem e alguns sejam subordinados.

Em seguida, quando diz ***quicumque quidem igitur*** etc., mostra quais são os que naturalmente mandam e são subordinados:

e primeiro quais são segundo a alma;

em segundo lugar, quais são segundo o corpo, ali onde diz ***vult quidem igitur natura*** etc.

Acerca do primeiro, faz duas coisas:

primeiro, mostra quais são, segundo a alma, os que naturalmente mandam ou são subordinados;

em segundo lugar, estabelece uma comparação entre os homens que são naturalmente servos e os animais brutos que também naturalmente servem, ali onde diz ***et communicant ratione*** etc.

Diz, portanto, primeiro que, visto que a alma naturalmente domina o corpo e o homem as bestas, todos os que tanto distam dos outros quanto a alma dista do corpo e o homem da besta, por causa da eminência da razão em alguns e do seu defeito em outros, esses são naturalmente senhores dos outros: segundo o que também Salomão diz que *quem é tolo servirá ao sábio*. Ora, dispõem-se deste modo, isto é, de sorte que se comportem em relação a eles como o homem em relação às bestas, ou a alma em relação ao corpo, aqueles cuja obra principal é o uso do corpo; e que isto é o melhor que deles se pode ter, pois são fortes para executar obras corporais, mas impotentes para as obras da razão: e esses são naturalmente servos, para os quais é melhor que sejam regidos pelos sábios, se é conveniente que se dê crédito às razões acima ditas, porque nisto participam do regime da razão. E que esses sejam naturalmente servos, fica patente por isto: que é naturalmente servo aquele que tem aptidão natural para ser de outrem, na medida em que não pode ser regido pela própria razão, pela qual o homem é senhor de si, mas somente pela razão de outrem: por causa disso, é naturalmente de outrem, como que servo.

Em seguida, quando diz ***et communicant ratione*** etc., compara, segundo a conveniência e a diferença, o homem naturalmente servo e o animal bruto. E diz que aquele que é naturalmente

servo participa da razão somente quanto a isto: que recebe a percepção da razão como quem é ensinado por outro, mas não quanto a ter a percepção da razão por si mesmo; ao passo que os outros animais servem ao homem não como quem recebe do homem alguma percepção da razão, mas na medida em que, pela memória daquilo que sofreram bem ou mal por parte do homem, são incitados a servir pelo temor ou pelo amor. E assim, quanto ao modo de servir, há diferença, na medida em que o servo natural serve pela razão, e o animal bruto pela paixão; mas a oportunidade, isto é, a utilidade que provém do serviço de ambos, varia pouco. Pois nos é prestado auxílio para as mesmas coisas tanto pelos servos como pelos animais domésticos, a saber, para o necessário ao corpo; pois o servo natural, visto que carece de razão, não pode auxiliar no conselho ou em alguma obra da razão. Contudo, nas coisas corporais, o servo pode servir de mais modos do que o animal bruto, por causa da razão.

Em seguida, quando diz ***vult quidem igitur natura*** etc., mostra quais sejam os servos segundo o corpo.

E primeiro propõe o que pretende;

em segundo lugar, prova o que foi proposto, ali onde diz ***quoniam et hoc manifestum*** etc.

Diz, portanto, primeiramente que a natureza quer, isto é, tem certo ímpeto ou inclinação a isto: fazer uma diferença entre os corpos dos livres e dos escravos, de modo que os corpos dos escravos sejam robustos para exercer o uso necessário que lhes compete, a saber, para cavar no campo e exercer outros serviços semelhantes; mas os corpos dos livres devem ser retos, isto é, bem dispostos segundo a natureza, e inúteis para tais operações servis, o que exige uma compleição delicada; devem, contudo, ser úteis para a vida civil na qual os homens livres convivem. Ora, aquele que tem membros úteis para a vida civil tem uma disposição repartida quanto à oportunidade bélica e à pacífica: de modo que em tempo de guerra tenha membros aptos para lutar e para outras obras militares, e em tempo de paz para exercer outras obras civis. E ainda que a natureza tenha inclinação para causar a referida diferença dos corpos, contudo às vezes falha nisso, assim como também em todas as outras coisas que são geradas e corrompidas a natureza alcança seu efeito na maioria dos casos, mas falha em poucos. Quando, portanto, a natureza falha nisso, muitas vezes acontece o contrário do que foi dito, a saber, que aqueles que têm almas de livres tenham corpos de escravos, ou inversamente.

Deve-se, porém, considerar que o Filósofo aqui deduz uma conclusão a partir das premissas nas quais tratava da disposição da alma; porque, sendo o corpo naturalmente ordenado à alma, a natureza intenta formar um corpo tal que seja conveniente à alma, e por isso intenta dar aos que têm almas de livres corpos de livres, e semelhantemente quanto aos escravos. E isto, na verdade, quanto às disposições interiores, sempre concorda, pois não pode ser que alguém tenha a alma bem disposta se os órgãos da imaginação e das outras potências sensitivas estiverem mal dispostos; mas na figura e na quantidade exterior e nas outras disposições exteriores pode encontrar-se dissonância, como aqui se diz.

Em seguida, quando diz ***quoniam et hoc manifestum*** etc., prova o que havia dito.

E primeiro quanto ao corpo;

em segundo lugar quanto à alma, ali onde diz ***si autem in corpore*** etc.

Diz, portanto, primeiramente que a natureza se inclina a isto, a fazer diversos os corpos dos escravos e dos livres, e que isto é manifesto pelo seguinte: porque, se entre alguns se encontrasse tão grande diferença somente da parte do corpo que uns parecessem exceder tanto os outros como se fossem certas imagens dos deuses, assim como costumamos comumente dizer, quando vemos alguém de elegante forma, que parecem ser como anjos, então todos diriam que aqueles que carecem de tão grande elegância de forma corporal são dignos de servir aos que sobreexcedem, conforme aquilo: *a figura de Príamo é digna do império*. E como isto é manifesto na máxima diferença, o mesmo também se deve entender quanto à intenção da natureza ainda que não houvesse tão grande diferença.

Em seguida, quando diz ***si autem in corpore*** etc., prova o mesmo da parte da alma. E diz que, se isto é verdadeiro da parte do corpo, que aqueles que carecem são dignos de servir aos mais excelentes, muito mais justamente isto se determina da parte da alma, quanto a alma é mais nobre do que o corpo. Mas, contudo, a excelência da beleza da alma não pode ser tão facilmente conhecida como a beleza do corpo; e por isso julga-se mais vulgarmente que alguns são dignos de dominar da parte do corpo do que da parte da alma.

Por último, porém, conclui epilogando as duas conclusões pretendidas neste capítulo: a saber, que alguns são naturalmente escravos e alguns naturalmente livres; e que àqueles que são naturalmente escravos convém servir, e é justo que sirvam.

Revision #2
Created 11 October 2026 19:14:44 by Admin
Updated 17 October 2026 14:01:56 by Admin